



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**PRESSUPOSTOS DA INCLUSÃO E IDENTIFICAÇÃO DO
EDUCANDO COM DÉFICIT COGNITIVO NA REDE
REGULAR DE ENSINO.**

Márcia de Freitas Santos

ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil

2011

**PRESSUPOSTOS DA INCLUSÃO E IDENTIFICAÇÃO DO
EDUCANDO COM DÉFICIT COGNITIVO NA REDE
REGULAR DE ENSINO.**

por

Márcia de Freitas Santos

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil
2011**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

PRESSUPOSTOS DA INCLUSÃO E IDENTIFICAÇÃO DO EDUCANDO
COM DÉFICIT COGNITIVO NA REDE REGULAR DE ENSINO

elaborado por
Márcia de Freitas Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Ms Edna Márcia de Souza
(Presidente/Orientador)

Profª Eliana Cogoy

Profª Eveline Pasqualin

ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil
2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À Deus pela força de vontade, saúde e disponibilidade que concedeu;

À meus pais, irmãos, marido e filha que mesmo reclamando de nossa ausência, que deram total apoio nesta dura caminhada de conclusão de curso.

À Elizabeth da Silveira Pires, nossa tutora presencial, que com carinho e dedicação nos deu o suporte necessário e a oportunidade de realizarmos este curso de especialização.

Às professoras Giovana Hautrive Fracari e Simaia Zancan nossas tutoras a distância, a disponibilidade e dedicação no cumprimento de nossas tarefas avaliativas.

À professora orientadora Edna Márcia Souza, o carinho e a atenção, para concluir o TCC.

À todos aqueles que se fizeram presentes em alguns ou em todos o momentos desta caminhada.

À banca examinadora que nos orienta para que possamos problematizar e contribuir para o processo de educação especial no Brasil.

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

PRESSUPOSTOS DA INCLUSÃO E IDENTIFICAÇÃO DO EDUCANDO COM DÉFICIT COGNITIVO NA REDE REGULAR DE ENSINO

AUTOR: MÁRCIA DE FREITAS SANTOS
ORIENTADOR: EDNA MÁRCIA DE SOUZA
ENCRUZILHADADO SUL

Esta pesquisa de cunho bibliográfico problematiza as metodologias adequadas para o trabalho com criança que apresenta Déficit Cognitivo, visando familiarizar educadores com o tema. Apresenta um pequeno histórico sobre a educação especial, as atuais medidas de inclusão através da política nacional para a educação especial, as características do educando com déficit cognitivo, suas causas possíveis e medidas preventivas para que, no decorrer das atividades pedagógicas o docente possa reconhecer tais sinais, adequando sua metodologia de trabalho à necessidade do educando que a apresentar. Enfatiza a importância do papel da família, da escola e da sociedade no processo educacional do educando com esse déficit.

Palavras-chave: Déficit cognitivo; Inclusão; procedimentos pedagógicos.

ABSTRACT

Article of Specialization
Course of Specialization in Special Education - Deficit Cognitive and
Education of deaf people
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

PRESSUPOSTOS DA INCLUSÃO E IDENTIFICAÇÃO DO EDUCANDO COM DÉFICIT COGNITIVO NA REDE REGULAR DE ENSINO

AUTOR: MÁRCIA DE FREITAS SANTOS
ORIENTADOR: EDNA MÁRCIA DE SOUZA
ENCRUZILHADADO SUL

Esta pesquisa de cunho bibliográfico problematiza as metodologias adequadas para o trabalho com criança que apresenta Déficit Cognitivo, visando familiarizar educadores com o tema. Apresenta um pequeno histórico sobre a educação especial, as atuais medidas de inclusão através da política nacional para a educação especial, as características do educando com déficit cognitivo, suas causas possíveis e medidas preventivas para que, no decorrer das atividades pedagógicas o docente possa reconhecer tais sinais, adequando sua metodologia de trabalho à necessidade do educando que a apresentar. Enfatiza a importância do papel da família, da escola e da sociedade no processo educacional do educando com esse déficit.

Palavras-chave: Déficit cognitivo; Inclusão; procedimentos pedagógicos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	8
1.1 História da educação especial no Brasil	10
1.2 Perspectivas educacionais inclusivas.....	12
2. DÉFICIT COGNITIVO: características, fatores e prevenções	16
2.1 Medidas de Prevenção.....	18
3 OS PAPÉIS DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DA SOCIEDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO.....	21
4 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS QUE PODERIAM SER UTILIZADOS, PELA A ESCOLA NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO.....	24
5 METODOLOGIA.....	27
6 INCLUSÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	37

APRESENTAÇÃO

Esse trabalho pretende falar sobre a inclusão de educandos com déficit cognitivo na rede regular de ensino, problematizando os pressupostos inclusivos, a identificação e metodologias adequadas para o trabalho com os educandos que apresentam tal deficiência.

Tendo em vista os obstáculos enfrentados na proposta da “Inclusão” dos educandos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, considera-se de relevância social desenvolver um estudo dentro da perspectiva educacional do educando que apresenta déficit cognitivo.

A promoção da inclusão responsável do educando com déficit cognitivo em meio a tantas diversidades presentes na sala de aula e, a sua promoção no contexto social como forma de ampliar as compreensões e discussões sobre o assunto, tem o intuito de minimizar preconceitos, estereótipos, a discriminação e inadequações pedagógicas.

Apresenta um estudo bibliográfico dentro uma abordagem histórico-cronológica sobre os caminhos percorridos na educação de pessoas com deficiência até o reconhecimento da educação especial como modalidade de ensino no Brasil, abordando as atuais medidas educacionais focadas na política nacional de educação inclusiva na perspectiva da educação especial - capítulo 1. O capítulo 2 apresenta a conceituação do termo “déficit cognitivo” na visão de autores como Inhelder, Vygotsky, Sasaki, Correia e outros, compara ideias apresentadas, caracteriza tipos de déficit, fatores e medidas preventivas; o capítulo 3 traz compreensões sobre o papel da família, da escola e da sociedade como atores no processo inclusivo; O capítulo 4 apresenta um relato sobre os procedimentos pedagógicos que podem e devem ser utilizados pela escola, na promoção intelectual do educando com déficit cognitivo; O capítulo 5 apresenta as terminologias inclusão e atendimento educacional especializado.

1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Antes de falar na inclusão e caracterização do aluno com déficit cognitivo, não poderia deixar de abordar um breve histórico sobre a Educação Especial na época da Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea, e nos séculos XVIII, XIX e XX.

Na Grécia Antiga, na qual a perfeição do corpo era cultuada, a resistência em relação às pessoas com deficiência era o desprezo, a exclusão ou a privação. Em determinados lugares na Roma, podiam ser banidos ou subordinados a um processo de depuração para libertá-los de maus desígnios.

Assim como a loucura, a deficiência na Antiguidade oscilou entre dois pólos bastante contraditórios: ou um sinal da presença dos deuses ou dos demônios; ou algo da esfera do supra-humano. Do venerável saber do oráculo cego à “animalidade” da pessoa a ser extirpada do corpo sadio da humanidade. Assim foi por muito tempo, em várias civilizações (ancestrais da nossa) (AMARAL, 1994, p. 14).

Pode-se dizer que nesse período a sociedade estava dividida em dois pólos sociais: a riqueza, que detinha o poder econômico; e a plebe composto pelas pessoas que, geralmente eram oprimidas.

A sociedade grega, exclusivamente a ateniense, conhecida por primar a educação integral, procurava formar um ser humano produtivo ao Estado. Ao nascer de uma criança com deficiência física, o pai tinha a incumbência de matar o filho ou abandoná-lo em algum local. Na sociedade romana, por sua vez, aqueles que nasciam com alguma deficiência podiam ser mortos ou então abandonados nas margens do Rio do Tigre. No entanto, escravos e outras pessoas pobres os recolhiam para, posteriormente, colocá-los a pedir esmolas, para servirem como bobos ou para trabalhar nos circos romanos (CORRÊA, 2004).

Na Idade Média, sob o apoio da Igreja, pessoas com deficiências eram vistas de dois modos diferentes: como quem tinha pecados a expiar ou como alguém que necessitava de caridade. A deficiência mental era entendida como intento de um ser superior, uma punição, uma culpa, ou ainda como sendo a posse do corpo pelo

demônio. Assim, os deficientes eram tratados de diferentes formas: ao mesmo tempo que eram repudiados, dignos de pena; ao mesmo tempo que eram amparados ou até mesmo reconhecidos; passavam a ser reconhecidos passavam a ser repudiados ou excluídos do convívio social.

Havia a crença de que as estruturas sociais teriam sido hipoteticamente estabelecidas por “leis de Deus” sob a coação da Igreja Católica, e esta castigava rigorosamente aqueles que, as suas vistas, contrariassem-nas. Este papel de perseguição viria a caber principalmente à Inquisição Religiosa, a qual lesou milhares de pessoas pretensamente heréticas, incluídas entre elas muitas pessoas com deficiência mental. A marca da superstição caracteriza toda a teoria e a prática medievais em relação ao deficiente mental de qualquer tipo ou nível, pois a explicação de fenômenos sobrenaturais era corrente e levava as pessoas a serem queimadas em fogueiras por estarem possuídas pelo demônio.

Com a propagação do Cristianismo na Europa, as pessoas com deficiência começam a livrar-se do desprezo. Surgiu o atendimento assistencial em instituições religiosas que acolhiam os desamparados, infelizes ou doentes de toda a espécie. Mesmo assim, não tinham consideração para com os indivíduos que divergiam dos padrões de comportamento considerados comuns à época, pois estas instituições separavam e ocultavam

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTA, 1996, p. 55).

Na Idade Moderna, o indivíduo passa ser entendido como um animal racional, que trabalha planejando e executando atividades para melhorar o mundo em que vive. Já na Idade Contemporânea começam mudar as atitudes em relação as pessoas com necessidades especiais, vão sendo oferecidas oportunidades educacionais e de integração social defendendo dois princípios básicos: integração e direitos.

No século XVIII se dá o início da fase de institucionalização, evoluindo o

processo até meados do século XIX, os indivíduos com deficiência são isolados e amparados em instituições residenciais. No início do século XIX, o Médico Jean Marc - Gaspard Itard (1774-1838), aluno de Philippe Pinel, dedicou-se a educação de Victor, um garoto de 12 anos de idade conhecido como o selvagem de Aveyron, diagnostica que o menino permanecia com um “selvagem” devido a privação da convivência social e postula um tratamento para sua recuperação e educação. Reconhecido como o primeiro estudioso a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes, Jean Itard estava certo de que a inteligência de Vítor era educável, a partir de um diagnóstico de idiota que havia recebido.

Já no final do século XIX e meados do século XX, o desenvolvimento de escolas especiais e das classes especiais em escolas públicas oferecia a pessoa deficiente uma educação à parte.

Outro importante estudioso dessa época foi o também médico Edward Seguin (1812 - 1880), que, influenciado por Itard, criou o método filosófico de treinamento, que consistia em estimular o cérebro por meio de atividades físicas e sensoriais. Maria Montessori (1870 – 1956) também merece destaque, pois desenvolveu um programa de treinamento para crianças com déficit cognitivo. (MAZZOTA, 1996)

As metodologias desenvolvidas por esses três estudiosos, durante quase todo o século XIX, foram utilizadas para ensinar as pessoas denominadas idiotas que se encontravam em instituições. Todas essas tentativas de educabilidade eram realizadas tendo em vista a cura ou eliminação da deficiência através da educação.

No final do século XX, por volta da década de 70, observa – se um movimento de integração social dos indivíduos deficientes, cujo objetivo era integrá – los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal, educando-a até o limite de sua capacidade.

1.1. História da educação especial no Brasil.

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais na

época do Império com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant - IBC, em 1854, e do Instituto dos Surdos – Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – Cenesp, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que sob a defesa integracionista, estimulou ações educacionais voltadas às pessoas e às pessoas com superdotação, mais ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todo, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de

acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (artigo 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais mencionados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, artigo 59, recomenda que os sistemas de ensino devam assegurar aos educandos com necessidades especiais currículo, métodos, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para superdotados. Também estabelece, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (artigo 24, inciso V) e oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (artigo 37, § 1º).

Em 2007, é criado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, e para sua implementação é publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento as necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu acesso nas escolas públicas.

1.2. Perspectivas educacionais inclusivas

O Brasil, nesta última década, destacou – se pela inovação de seus projetos inclusivos. Tendo como base a Convenção da Guatemala (1999) promulgada no país pelo decreto nº 3956/2001, conhecida como Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais.

A Declaração de Salamanca (1994) traz como princípio que todas as crianças devem aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças e destaca a abrangência do termo necessidades educacionais especiais. É neste sentido que as escolas inclusivas devem reconhecer as peculiaridades de seus alunos e a elas responder considerando tantos estilos como ritmos diferentes de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade a todos por meio da acessibilidade, com modificações organizacionais, estratégias de ensino adequadas, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

Nesta perspectiva inclusiva o atendimento educacional especializado já se estende desde a educação infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento, no qual é vinculado a programas especiais de estimulação precoce, que tem por objetivo aperfeiçoar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em conjunto com os serviços de saúde e assistência social.

O debate constante, a divulgação de experiências bem-sucedidas e a conscientização crescente sobre o que dizem as leis têm se refletido positivamente nas estatísticas educacionais, mas, apesar dos avanços, grande parte dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais ainda continuam sem garantia dos seus direitos. *“Entendida a lei, a discussão deve ser sobre a qualidade da educação para todos, e não só para crianças com deficiência. A inclusão faz parte de um grande movimento pela melhoria do ensino”*, afirma Cláudia Dutra Pereira, secretária de Educação Especial do Ministério da Educação.

Essa colocação incide na participação da família e da comunidade na escola, na formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado e dos demais profissionais da educação para que a inclusão escolar e social possa caminhar de mãos dadas e, atender as necessidades educacionais que cada aluno apresenta.

Em 2008 a política nacional para a educação especial que estabelece a educação infantil como marco inicial para o atendimento educacional especializado

como intervenção precoce e, deve estar presente nas demais modalidades de ensino como a educação básica, educação de jovens e adultos, educação profissionalizante e na educação superior. Fica regulamentado o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos para que ampliem a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, educandos com déficit de atenção e hiperatividade e, educandos com altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

A partir desse documento, o atendimento educacional especializado é reconhecido como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Traça as parcerias com as áreas da saúde e da assistência social como otimizadoras no processo de desenvolvimento e aprendizagem, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino a ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (Decreto nº. 6571, 2008)

Na rede regular de ensino do município em que esse estudo se realiza estão sendo proporcionados alguns momentos de reflexão, isto é, ações como; seminários, palestras, oficinas, curso de Libras, sala de apoio pedagógico com adaptação do espaço físico e especialização em Educação Especial para um grupo de professores municipais. Só essas ações não bastam, para que o atendimento educacional especial se efetive há a necessidade de uma política municipal de inclusão que regulamente e crie diretrizes que amparem essa oferta de ensino, com recursos humanos, físicos, financeiros e serviços de apoio que interfiram positivamente no processo de ensino aprendizagem.

Argumentos sobre o despreparo dos professores e outros como o prejuízo aos demais educandos da classe em função da convivência acadêmica com educandos especiais se dissolvem quando se reflete que passam por educadores educandos com ritmos diferentes de aprendizagem que exigem planejamento para as diferentes realidades da sala de aula. Essa postura se reflete em uma forma diferenciada de avaliação que abranja diferentes tipos de inteligência.

O convívio com as diferenças desde a educação infantil refletirá em uma geração com valores morais, éticos e solidários claros e, conscientes da importância do outro, independente das condições que esse outro apresentar.

Do mesmo modo, pais que compreendem a dimensão futura desse convívio para a formação pessoal de seus filhos e contribuem para isso, colaboram para que a construção de uma sociedade mais democrática.

Cabe aos educadores cobrar das mantenedoras os suportes necessários para concretização desse novo paradigma educacional.

2. DÉFICIT COGNITIVO: características, fatores e prevenções.

Quando toda uma cultura centenária, através de falas, filmes, peças teatrais, obras literárias, livros técnicos, revistas especializadas etc., ainda usava o termo “deficiência mental” – tendo já superado outros termos (idiotia, imbecilidade, oligofrenia, subnormalidade, retardo mental, retardamento mental) -, a Medicina, a Psicologia e a Neurociência abriram as fronteiras do conhecimento sobre o fenômeno do déficit cognitivo, permitindo que profissionais e familiares mais bem informados começassem a recomendar a adoção do termo “deficiência intelectual”.(SASSAKI,2007)

O objetivo deste capítulo é reconhecer, avaliar e legitimar o perfil da criança com déficit cognitivo relatando aspectos pertinentes como: características, causas e medidas de prevenção da deficiência em questão.

O déficit cognitivo se define por conjunto de características psicológicas incomuns e um padrão de comportamento já classificado pela ciência, como problemas de memória, atenção e processamento da informação. Dados estatísticos apresentados no DSMT-IV-TRTM (2003) apontam que é maior a incidência do déficit cognitivo no sexo masculino, numa proporção de 1,5:1.

Usando teorias piagetianas Inhelder, desenvolveu estudos sobre o tema concluindo que as estruturas mentais de crianças com déficit cognitivo se diferem daquelas que não possuem o déficit, apenas no ritmo da passagem entre os estágios do desenvolvimento e, muitas podem não alcançar o nível de pensamento formal, evidenciando grandes dificuldades no planejamento e na avaliação das mais simples ações sobre o meio. Mas no que se refere à linguagem, nos primeiros anos de vida a evolução da criança com atraso de desenvolvimento é semelhante a da criança normal, mais num ritmo inferior.

Para Vygotsky, a criança com déficit cognitivo apresenta, na relação entre pensamento e linguagem, dificuldades para estruturar seu pensamento

verbal em razão das limitações no processo de internalização dos significados emitidos pela fala.

Estudos dizem que quanto mais grave for o déficit cognitivo, maior será a probabilidade de doenças neurológicas, musculares, visuais, auditivas, dentre outras.

Sasaki, (2007, p. 8 -11) quando aborda a mudança de atitudes em relação a diversidade humana fala da adequação conceitual e vocabular como patamar de valorização do ser humano e, explicita que *“o déficit cognitivo não está na mente como um todo e sim numa parte dela, o intelecto”*.

Esse tipo de necessidade especial faz com que todos que interagem com essa criança, principalmente os pais e professores se adaptem a circunstâncias diferentes e a um tipo específico de atendimento educacional especializado.

Seguindo os padrões de comportamento mais comuns apresenta como características mais comuns de crianças com déficit cognitivo:

- Problemas no processamento de informações;
- Problemas de atenção;
- Problemas de memória;
- Problemas de linguagem;
- Problemas de transferência e generalização da aprendizagem.

Fatores citados como influenciadores do déficit cognitivo incluem a hereditariedade, alterações do desenvolvimento embrionário, problemas da gravidez e perinatais, moléstias contraídas no início da infância, influências ambientais e outros transtornos mentais.

A hereditariedade inclui erros inatos de metabolismo, herdados, em sua maior parte, por meio de mecanismos autossômicos recessivos, outras normalidades em um só gene com herança mendeliana de expressão variável e aberrações cromossômicas,

Alterações embrionárias incluem alterações cromossômicas ou dano pré-natal causado por toxinas como o consumo materno de álcool e infecções.

Aproximadamente 10% dos déficits cognitivos constatados são causados por problemas da gravidez e perinatais como desnutrição fetal, prematuridade, hipóxia, infecções e traumatismo.

Moléstias contraídas no início da infância constituem 5% dos fatores influenciadores e incluem infecções, traumas e envenenamento.

Influências ambientais e outros transtornos mentais como privação de afeto e cuidados, assim como a falta de estímulos sociais, lingüísticos e outros e, transtornos mentais graves.

Em casos nos quais é possível identificar qualquer causa biológica específica, as classes sócio-econômicas inferiores são bem representadas e o déficit cognitivo geralmente é mais leve, embora todos os níveis de gravidade estejam representados.

2.1 Medidas de Prevenção

De acordo com Giovanna Matias (1999, p. 11-12) são todas as ações que precedem, antecipam ou tornam impossível a ocorrência ou desenvolvimento de doenças. A prevenção visa desenvolver a saúde, evitar a invalidez e prolongar a vida.

Período Gestacional - Os três primeiros meses de gestação são muito importantes para o bom desenvolvimento do feto, até o 4º mês já apresenta vários sentidos desenvolvidos, inclusive a audição. Já é hora de cuidar desse novo ser que vai nascer dentro do útero, desde a concepção, a gestante deve praticar exercícios moderados, alimentar-se de maneira balanceada e nutritiva, descansar e manter-se relaxada.

Prevenção primária (período pré-patogênese) - O objetivo da intervenção é reduzir determinadas condições de excepcionalidade na população por meio de identificação, remoção ou redução dos efeitos dos fatores de risco que produzem tais condições. Tem um caráter educativo e tende a promover melhorias nas condições de saúde, educação, trabalho e moradia para toda a população, principalmente os seguimentos da população considerados mais vulneráveis. Essas medidas destinam-se a desenvolver a saúde e o bem estar geral, pela proteção específica do homem contra agentes patológicos ou pelo estabelecimento de barreiras contra os agentes por elas responsáveis.

Prevenção secundária (período patogênese) - Está baseada na constatação de que a condição excepcional já se manifestou e o objetivo é reduzir sua duração e/ou sua gravidade. Tão logo se instale a doença é importante a ação diagnóstica rápida com tratamento imediato e adequado; caso a doença não tenha sido interceptada, cabe cuidar-se para limitar seqüelas e a invalidez.

A forma de efetivar esse tipo de prevenção se dá com o apoio dos centros de diagnósticos, programas de atendimento, formação de recursos humanos para atuar junto a população alvo, tratamento e educação das crianças pequenas de risco; com famílias facilitadoras do processo de desenvolvimento.

Prevenção terciária (período patogênese) - Algumas formas de prevenção terciária podem ser observadas nas ações de maximizar o potencial de independência, reduzir a ocorrência de comportamentos auto-lesivos e inalteráveis, auxiliar a família a elaborar situações de conflito.

Prevenção durante a fase pré-natal - Conscientização da gestante, quanto a importância da imunização, dos riscos ao contrair doenças viróticas principalmente no 1º trimestre de gestação, os prejuízos do álcool, fumo e tóxicos, a importância da amamentação, a importância do acompanhamento médico durante a fase pré-natal.

Além disso, a mulher gestante deve estar bem informada dos seus direitos (MEC, 2007, p. 28) tais como;

- Direito a todos os exames pré – natais durante a gravidez e assistência durante o parto;
- Direito a ficar com o bebê desde o nascimento;
- Direito a que essa criança tenha todos os cuidados ao nascer, acompanhada de um médico pediatra ou neonatologista, isto é, medico especialista em recém-nascidos;
- Direito a que seja realizado o Teste do Pezinho e tomas todas as medidas para prevenir deficiências futuras;
- Direito a ser informada adequadamente e corretamente sobre as possíveis deficiências do seu filho;
- Direito a amamentá-lo até os dois anos de vida ;
- Direito a serviços de reabilitação, o mais cedo possível, nos casos em se constatar deficiência.

No momento em que se procura os programas de prevenção e diagnóstico da deficiência, fica mais fácil estabelecer estratégias e aprender a lidar com a nova situação por pior que ela seja.

3. OS PAPÉIS DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DA SOCIEDADE NO PROCESSO DE INCLUSÃO.

A luta para que escolas incluíssem crianças e jovens com deficiência em classes regular não finda com a inclusão, ou seja, a batalha continua agora acompanhada de outra tão importante quanto às demais, garantir a aprendizagem de educandos com déficit cognitivo. Hoje já não basta acolher e promover a interação social é preciso ensinar, aliás, como a própria legislação prevê desde 1988, quando a Constituição foi aprovada. Incluir significa oferecer educação de qualidade a todos, pois a cada ano cresce na rede regular de ensino o número de estudantes com algum tipo de necessidade especial.

A orientação é dar apoio aos professores regentes e permitir que eles e seus colegas especialistas trabalhem cada vez mais em conjunto. Para tanto obviamente, as redes devem estruturar-se para tornar isso realidade.

A educação é direito que se impõe e sua violação, por parte dos pais, pode acarretar sanções de natureza civil. A família também tem responsabilidade na implementação desse direito e, mediante normativa constitucional e legal não cabe-lhes escolhas quanto ao ingresso e matrícula de seus filhos, com deficiência ou não, na rede regular de ensino, se constituindo em uma obrigação, não podendo os mesmos optar apenas pelo atendimento educacional especializado ou educação especial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente repete tal incumbência, ressaltando a obrigação dos pais ou responsáveis de matricular os seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (Art. 22 e 55), sob pena de perda ou suspensão do poder familiar, nos termos do Art. 24.

Desta forma, a frequência do aluno com deficiência unicamente no atendimento educacional especializado implica na violação do direito fundamental a educação, fato este de extrema gravidade. Sendo tal conduta praticada em desfavor de uma criança, esta se reveste de especial crueldade, pois a infância é o momento em que o indivíduo está mais apto ao aprendizado. A simples negação deste direito,

nesta fase da vida, significa retirar-lhe toda e qualquer oportunidade de desenvolver-se como pessoa. A criança não pode esperar pelo momento da escola, pois este é o seu momento.

Os especialistas em inclusão afirmam que a escola, organizada como está, produz a exclusão. Os conteúdos curriculares são tantos que tornam alunos, professores e pais reféns de um programa que pouco abre espaço para o talento das crianças. Assim, quem não acompanha o conteúdo está fadado à exclusão e ao fracasso e, as avaliações pedagógicas servem mais para ver quem se encaixa nos padrões de educando ideal do que medir o progresso de cada um, dentro de suas possibilidades.

Quando a estrutura não oferece o básico, as parcerias são fundamentais, pois as crianças não podem esperar a escola se preparar. Por isso, na rede pública, feita as adaptações físicas adequadas e as adaptações pedagógicas estabelecidas e com a participação efetiva dos pais na educação de seus filhos, o passo seguinte é cobrar do poder público recursos financeiros e apoio pedagógico. O papel primordial da escola é praticar a responsabilidade pelo outro e estimular as crianças a fazer o mesmo.

Para Sasaki (1998) ocorre envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola quando:

1. Existe, entre a escola e a família, um sistema de comunicação com o qual ambas as partes concordam ;
2. Os pais participam nas reuniões da equipe escolar para planejar, adaptar o currículo e compartilhar sucessos;
3. As famílias são reconhecidas pela escola como parceiros plenos;
4. As prioridades da família são utilizadas como uma base para o preenchimento do Plano Individualizado de Educação (PIE) do seu filho, base essa que será completada com partes do conteúdo curricular;
5. Os pais recebem todas as informações relevantes (os direitos dos pais, práticas educativas atuais, planejamento centrado-na-pessoa, notícias da escola etc.);
6. Os pais recebem ou têm acesso a treinamento relevante;
7. Os pais são incluídos no treinamento com a equipe escolar;

8. Os pais recebem informações sobre os serviços de apoio à família;
9. Existem à disposição de membros das famílias serviços de apoio na própria escola (aconselhamento e grupos de apoio, informações sobre deficiências etc.);
10. Os pais são estimulados a participarem em todos os aspectos operacionais da escola (voluntários para salas de aula, membros do conselho da escola, membros da Associação de Pais e Mestres, treinadores etc.);
11. Existem recursos para as necessidades especiais da família (reuniões após o horário comercial, intérpretes da língua de sinais, materiais traduzidos etc);
12. A escola respeita a cultura e a etnicidade das famílias e reconhece o impacto desses aspectos sobre as práticas educativas.

A sociedade tem o papel de acolher e fiscalizar esse processo, a inclusão cresce ano a ano e com ela o desafio de garantir educação de qualidade para todos. Na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com a diferença e se tornam cidadãos solidários.

4. PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS QUE PODEM SER UTILIZADOS PELA A ESCOLA, NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO.

Cabe aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de sua proposta pedagógica, desde que respeitadas às normas nacionais e as normas ditadas pelo sistema de ensino a que pertence. Quando disciplinam aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específica que atenda suas necessidades, implicitamente sugere um olhar especial sobre esse educando e, uma reflexão profunda sobre práticas pedagógicas com a finalidade de minimizar práticas excludentes. (L.D.B. nº. 9394/96, art. 12, 59)

A crescente procura por vagas para educandos especiais na rede regular imprime a necessidade urgente da escola estruturar-se para recebê-los. As adaptações arquitetônicas se fazem essenciais para uma escola inclusiva, da mesma forma, é fundamental que a escola efetue adaptações em seu currículo e na *“estrutura dinâmica que torne possível a criação de situações educativas específicas e a adequada adaptação do tempo e dos espaços”* que viabilize a permanência dos educandos especiais em todos os recintos e atividades escolares, rompendo com barreiras atitudinais refratárias aos princípios inclusivos. (CORREIA, 1999, p. 123)

A escola deve envolver a família nas atividades escolares, pois o trabalho de inclusão deve começar na Educação Infantil. Para formar uma escola inclusiva de verdade, o professor deve dividir as dúvidas com a coordenação e com os colegas quando receber uma criança com necessidades especiais. Não devemos reduzir o educando à sua deficiência, apesar de ter características peculiares, ele tem personalidade e carrega uma história e muitas experiências que o tornam único.

Conversar constantemente com outros especialistas que tratam da criança, pois eles podem ajudar a pensar em estratégias para lidar com o educando, sem esquecer porém, de que quem sabe como ensinar a criança, é o professor.

Trabalhar a diversidade como característica de todos, e não só da criança com deficiência, ao planejar as atividades. Estimular comportamentos solidários entre os alunos, eles podem, por exemplo, dar idéias de como o colega que usa

cadeiras de rodas pode ficar bem acomodado na sala de aula.

Como pude observar em minha pesquisa bibliográfica, alguns comportamentos identificáveis em sala de aula se refere a:

- Processamento de informações – apresentam dificuldade em completar na lousa cujas informações estão relacionadas às do trabalho do caderno, dificuldade de completar espaços em branco, inabilidade de perceber regras ortográficas.

É fundamental que todo o educando participe como pode nesse momento, tanto faz desempenhar a mesma tarefa da turma em um ritmo diferente como ser orientado a fazer outra versão de determinada atividade. O importante é que ele construa relações e conhecimento.

- Problemas de atenção – não completa tarefas, não responde prontamente ao ser chamado, presta atenção em detalhes incorretos, apresenta menor tempo de atenção que as crianças sem déficit cognitivo, facilmente se distrai, difere dos demais na maneira como se direciona a atenção à tarefa, apresenta dificuldade em discriminar o estímulo relevante (atenção seletiva).

Nesse caso a sala de recursos é uma das alternativas de amenizar este problema de atenção, pois os educandos podem trabalhar com pintura, recorte e colagem, letras móveis e filmes curtos.

Devemos respeitar os momentos em que o educando não tolera uma atividade com papel e caneta e empregar outras táticas. As letras móveis, por exemplo, são simples, mas chamam sua atenção e fazem com que ele se dedique mais tempo às tarefas.

- Problemas de memória - apresenta dificuldade em lembrar uma seqüência de direções ou tarefas, apresenta dificuldade em gravar fatos ocorridos em curto espaço de tempo (compreende a tarefa no dia, porém é incapaz de repeti-la no dia seguinte), retém melhor figuras do que palavras, tem memorização auxiliada por meio de manipulação de material concreto (conjunção de sistemas atuantes: visual,tátil e cognitivo).

A metodologia a ser proposta nesta etapa, seria o uso de material de apoio à contagem e a realização de operações com tampinhas, palitos, etc, e, jogos pedagógicos. Propor problemas e, ajudar a organizar o raciocínio e se concentrar, com o auxílio desses objetos, que ajudam reconhecer seqüência numérica simples e cálculos básicos de adição e subtração.

- Problemas de linguagem - apresenta padrões imaturos de linguagem, dificuldade de compreender termos/conceitos abstratos, inabilidade para adaptar os comportamentos aos pedidos/ordens verbais, dificuldade em responder questões abertas e de múltipla escolha, tendências as respostas “sim/não”, necessidade de dicas para resposta verbais.

O professor deve acompanhar a evolução do educando pela oralidade, para registrar os avanços e, assim, planejar corretamente a continuidade do trabalho.

- Problemas de transferência e generalização da aprendizagem – o indivíduo com déficit cognitivo desempenha uma tarefa específica em uma situação, mas não é capaz de realizá-la em outra.

Para estabelecer um estilo de pedagogia que sirva às necessidades desses educandos, é preciso compreender profundamente diversos aspectos da vida humana.

5. INCLUSÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (AEE deficiência mental, p.22).

O atendimento educacional especializado deve estar disponível em todos os níveis da educação, como o fundamental e básico, preferencialmente na rede regular de ensino. Procurando transformar o ambiente escolar o mais adequado para garantir o relacionamento do aluno com os demais integrantes da classe de mesma faixa etária e contribuir para que ocorra todo o tipo de interação para que beneficie seu desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e a superação dos seus limites intelectuais.

O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência (AEE, p.29).

A inclusão de alunos com déficit cognitivo na rede regular de ensino tem se constituído em um dos maiores alvos de resistência e de incompreensões por parte gestores e educadores, pois acreditam que a inclusão deveria ser realizada somente no âmbito social. Na visão dessas pessoas, inclusão significa estar entre os demais alunos, pois, no âmbito pedagógico, as crianças com deficiência são incapazes de adquirir habilidades de leitura, escrita e produção.

É preciso, no entanto, que os profissionais da escola, mais diretamente os professores, compreendam que esses alunos possuem um ritmo próprio de aprendizagem, o qual precisa ser respeitado. Até bem pouco tempo, na década de 90, as crianças que não seguiam o ritmo da turma, ou seja, que apresentavam uma defasagem na aquisição da leitura, da escrita e dos cálculos eram encaminhadas para escolas e classes especiais, pois se alegava que elas não eram capazes de aprender; quando, de fato, estas não tinham nenhuma deficiência.

A inclusão não pode ser reduzida ao espaço institucional, ou seja, ela tanto pode ocorrer nos espaços chamados especializados como nas instituições regulares

de ensino, mas isso depende dos sentidos atribuídos aos outros e às suas existências (THOMA, p.67).

A escola, historicamente, passou de um modelo excludente, em que poucos tinham acesso, para o modelo integracionista, no qual para ter acesso ao ensino regular, os educandos com deficiência, precisavam comprovar que estavam aptos a serem inseridos. Na atualidade, o paradigma da inclusão se contrapõe a esses modelos, fundamentando-se prioritariamente na questão do direito. Assim as escolas, precisam oferecer educação de qualidade para todos os educandos, com a obrigatoriedade, do ensino fundamental.

No contexto, as escolas, para serem inclusivas, necessitam modificar valores e crenças, bem como o currículo, as metodologias e as formas de avaliação, com o fim de melhor atender a diversidade escolar e garantir que todos os educandos tenham acesso às formas mais elaboradas de pensamento e linguagem.

A coordenação pedagógica, por sua vez, deve ser ativa e participante no cotidiano da sala de aula, da escola e das relações com a comunidade. Outra fonte importante do suporte para o professor é o assessoramento de uma equipe interdisciplinar, a qual deverá contribuir com seus conhecimentos sobre recursos e métodos para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais (THOMA, p. 68)

Em se tratando de dos educandos com déficit cognitivo, os professores precisam criar oportunidades para que eles demonstrem suas capacidades, embora, em termos de aprendizagem, apresentem um nível mais baixo, considerando o aspecto formal de ensino. Não obstante tal fato, são capazes de realizar muitas atividades a partir da interação com professores e alunos, chegando a executá-las em muitos casos, de forma perfeita.

Como destaca Vygotsky (1998), o homem se constitui a partir das interações sociais, e na escola, uma mútua relação em que o professor e aluno se inter-influenciam, ou seja, cada um, com sua história, a partir do seu contexto social, de suas experiências, em conjunto, enriquecem a relação da aprendizagem escolar,

que se torna cooperativa e interativa.

O objetivo é fazer com que o processo de inclusão possa proporcionar a todos a chance de aprender atitudes de solidariedade e cooperação, contribuindo para a formação de pessoas produtivas e críticas, com capacidade para interferir na sociedade.

Estamos atingindo um momento crucial de mudança de paradigmas em termos de educação especial. A maior parte dos educadores concordam que a questão de como educar alunos com déficit cognitivo é uma das mais significativas questões no mundo de hoje. A educação exige uma nova visão para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Para estabelecer um estilo de pedagogia que sirva às necessidades da humanidade do novo milênio, é preciso compreender profundamente diversos aspectos da vida humana, principalmente dos alunos que estão vindo neste momento. É um esforço necessário e nosso futuro depende disso.

Nós educadores temos de admitir que, do mesmo modo que exigimos a transformação da atual estrutura social, é necessária também, uma modificação educacional. E essa mudança depende de todos nós.

Devemos observar com mais atenção o comportamento e a essência de nossos alunos com déficit cognitivo durante seu crescimento para permitir que se desenvolvam como seres humanos completos.

Os educadores de alunos com déficit cognitivo devem aprender a guiar e a orientar seus alunos para que obtenham equilíbrio, disciplina, habilidades e competências. Portanto precisamos nos tornar pioneiro do paradigma, revisando e reconsiderando nossos próprios conceitos com relação ao propósito sentido e função da educação. Devemos ensinar aos alunos como pensar e não o que pensar. Nosso papel não é só transmitir conhecimento, mas sim sabedoria, que é a aplicação do conteúdo absorvido. Ao oferecer conhecimento aos alunos estamos dizendo a elas o que pensar, o que saber e em que devem acreditar.

Mas quando damos a elas a sabedoria, não indicamos o que devem saber, mas sim como chegar à sua própria verdade. É claro que não há como ignorar o conhecimento ao se ensinar a sabedoria, pois sem ele não se pode chegar a lugar algum. Ele deve ser transmitido de uma geração para a outra, mas devemos deixar que as crianças descubram por si mesmas. O conhecimento se perde; a sabedoria jamais.

Vejo um sistema educacional baseado no desenvolvimento e aprendizagem, nas habilidades da memória. As crianças são nossos guias e precisam de liberdade para descobrir sua própria verdade, o pensamento crítico, a solução de problemas, a imaginação, a honestidade e a responsabilidade serão a base da educação dos alunos deste século.

O sistema antigo de ensino que prevalece nas escolas baseia-se no princípio de que os alunos são recipientes vazios, prontos para receber os conhecimentos dos professores. O sistema tradicional prevê que eles poderão se inserir na sociedade e, para isso, pensa que contribuir para seu desenvolvimento é ensinar-lhes tudo o que seja necessário para que obtenham um emprego. Se nós preferirmos rotular nossos alunos em vez de nos interessarmos pela forma como ele aprende conhecimentos, não há muito a fazer. Se, contudo, acreditar que todos podem se desenvolver do ponto de vista cognitivo e intelectual, vai concordar que essa é uma das formas mais cruéis de barrar os avanços porque acaba por envolver também as famílias nesse processo preconceituoso de determinar o futuro das crianças.

Incluir esses alunos em classes regulares, aumenta o interesse pelas aulas e pela a aprendizagem de diferentes conteúdos, proporciona a todos a chance de aprender atitudes de solidariedade e cooperação e contribui com a formação de pessoas produtivas e críticas, com capacidade para interferir na sociedade.

As conseqüências de cada atitude negativa dependem do tipo de ofensa ou erro cometido e não seguem apenas um padrão predeterminado. Todas as mensagens devem ser positivas. A falta de motivação para esses alunos com esse déficit de aprendizagem, são causadas por características pessoais do aluno e

contexto escolar. O medo do fracasso e a forma de encará-lo ; a falta de clareza sobre os objetivos da aprendizagem; e a não satisfação das expectativas são alguns motivos de ordem pessoal.

Além deles, existem as influências de pais, colegas e grupos sociais, mais as experiências anteriores de cada um. As motivações intrínsecas vêm do próprio aluno: a vontade de aprender e de buscar soluções para os problemas a escolha e a realização de tarefas que sejam atraentes e desafiadoras para ele. O aluno pode também sentir uma necessidade pessoal de reconhecimento social ou aprovação do grupo.

É preciso saber acima de tudo que o aluno deve ser um condutor de sua aprendizagem e não mais um receptor de conteúdo e o professor não será um reproduzidor de informações e sim um organizador da aprendizagem. Devemos criar meios para cada vez mais favorecer oportunidades de aprendizagem para esse tipo de aluno.

A discriminação ao aluno com déficit cognitivo é muito pior do que qualquer distúrbio porque destrói o interesse da criança pelo aprender. Reverter esse quadro é um longo trabalho.

Pois quantos casos existem de crianças que apresentam alguma deficiência, e são considerados como incapazes, e são deixados de lado pela família, sociedade, etc. Privando a criança de se relacionar com os diversos níveis culturais da sociedade, violando seu direito de interagir com o meio, para que ocorra um trabalho de inclusão responsável e buscar respostas e ajudar o aluno construir sua identidade.

A partir do momento que subestimamos o potencial da criança por ser “diferente”, estamos produzindo meninos selvagens na escola. Geralmente a tendência de rotular essas crianças, rótulos esses que podem agir como uma geada sobre a planta em flor. É possível que certas capacidades e interesses, por isso, não sejam vividos no processo de crescimento. Devemos estar atentos e observar para ver de que forma se expressa o temperamento inato das crianças.

Minha visão de futuro quanto a educação desses alunos com déficit cognitivo baseia-se no amor incondicional. Ele é a essência do novo ser humano que iremos trabalhar. Nós, educadores, temos de nos unir de corpo e alma para fazer dessas crianças de hoje os adultos de amanhã. Uma educação mais realista e verdadeira envolve o desenvolvimento do corpo.

O sistema educacional deve ser revisto para o bem da humanidade. Se unirmos amor e educação, os alunos especiais serão beneficiados e todos teremos um futuro melhor.

6. METODOLOGIA

O processo de investigação desse trabalho tem o propósito de problematizar as metodologias adequadas para o trabalho com aluno que apresenta déficit cognitivo.

Nessa pesquisa eu utilizo o estudo bibliográfico, do tipo exploratório que tem como objetivo proporcionar mais familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Sua finalidade é abordar as características e possíveis causas apresentadas no educando com esse tipo de Necessidade Educacional Especial e medidas de prevenção da deficiência em questão.

O estudo bibliográfico contém um relato sobre as atuais medidas de inclusão, inclusive abordando a política nacional de educação especial: na perspectiva da educação inclusiva.

Haddad (2008, p. 5) diz que:

O benefício da inclusão não é apenas para crianças com deficiências, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado.

A proposta de pesquisa se concentra em realizar um estudo direcionando para uma reflexão sobre os papéis da família, da escola e da sociedade nesse processo de inclusão. Também enfatiza quais os procedimentos pedagógicos poderiam ser utilizados, pela escola, na promoção da inclusão social e escolar.

A definição do espaço e tempo de aprendizagem e de convívio das crianças tem sido uma ou talvez a principal, preocupação de educadores que se interessam e se envolvem com a questão da inclusão. Um longo caminho foi percorrido até chegarmos hoje à proposta da inclusão, que para ser materializada requer que se criem outros espaços e outros tempos de convívio e aprendizagem.

Na definição dos tempos e espaços de aprendizagem, inúmeros são aqueles ou aquelas que defendem a inclusão incondicional, ou seja, que alunos ditos normais e alunos com necessidades educacionais especiais ocupem os mesmos espaços de aprendizagem (as salas de aula de ensino regular), embora se leve em consideração o tempo de cada um, para uma efetiva garantia do respeito às diferenças.

Esta pesquisa tem sua devida importância por analisar e problematizar os processos históricos, que na prática docente vem há muito tempo sendo discutida em associação com os conceitos de reflexão e crítica a respeito da inclusão, sob a perspectiva de uma prática reflexiva, do professor reflexivo ou professor investigador. Na análise aqui proposta, posso afirmar que a pesquisa é uma forma eficaz de mudar as ações escolares e as salas de aula.

A capacidade de realizar a pesquisa na prática docente é uma capacidade construída na interação profissional refletida, medida pelos instrumentos próprios. Etimologicamente, pesquisa está ligada à investigação, a busca e a ideia, sempre a mesma, é a de mergulhar na busca de explicações, dos porquês. Pesquisa é o elo entre teoria e prática. Ou seja, para fazer pesquisa é preciso fundamentar-se em uma teoria que, naturalmente, inclui princípios metodológicos que contemplam uma prática.

No decorrer dessa pesquisa utilizou-se como instrumento de estudo vários autores e pensadores, defensores da política de inclusão e do Atendimento Educacional Especializado aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, com o propósito de adequar a metodologia ao aluno que apresenta déficit cognitivo, a partir das características de cada um, bem como adotar procedimentos pedagógicos para evidenciar esse atendimento,

Para obter um conhecimento mais profundo sobre o assunto realizei uma pesquisa bibliográfica nas fontes atualizadas no que se refere à legislação, pela página do MEC/SEESP (Secretaria de Educação Especial), procurei abordar as atuais medidas de inclusão através da política nacional para a educação especial e os procedimentos pedagógicos que podem ser adotados pela escola e as possíveis limitações e as possibilidades desse processo inclusivo.

Após a realização do estudo bibliográfico foi feito o fechamento dos capítulos, chegando a conclusões e tendo em vista que o assunto sobre inclusão é inesgotável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de um longo processo de pesquisa e reflexão sobre a inclusão de alunos com déficit cognitivo ou outras necessidades educacionais especiais, posso destacar que, o trabalho realizado é de grande importância para busca permanente da inclusão na rede regular de ensino.

Entendo que devemos compreender que no decorrer da história existem diferentes abordagens e concepções em relação à educação especial, e sendo assim os caminhos percorridos na educação de pessoas com deficiência até o reconhecimento da educação especial como modalidade de ensino no Brasil.

O objetivo primordial deste trabalho é conceituar o termo “déficit cognitivo”, para que os educadores possam identificar essas características em sala de aula, podendo tomar iniciativas em relação a esta realidade apresentada, pois educador passa a ter que reformular seu planejamento e as formas de avaliação.

A avaliação deve ser entendida como um meio de se obter informações e subsídios para favorecer o desenvolvimento do aluno e a ampliação de seus conhecimentos. Ao dispor dessas informações é possível adotar procedimentos para correções e melhorias no processo aperfeiçoando o trabalho pedagógico.

A escola e o professor não podem fugir daquilo que tem sido o cotidiano escolar em avaliação, visando a uma escola inclusiva. Pode-se dizer que o principal instrumento da avaliação é, e continuará sendo o professor comprometido em uma interação com o aluno, enquanto não enxergar-mos nossos alunos com um olhar individualizado e não identificarmos os vários tipos de inteligências será inútil falarmos em inclusão. Pois inclusão não é somente colocar o aluno na rede regular de ensino e sim oferecer o suporte necessário para o seu desenvolvimento.

Para Perrenoud a excelência escolar é feita, não idealmente, mas tal como julgada dia após dia, dentro do funcionamento habitual da escola. Reprovação ou aprovação, atraso escolar, admissão nesta ou aquela habilitação, diploma em preparação ou já obtido. A reprovação é cada vez menos a conseqüência mecânica do nível de excelência se conjuga a outros fatores: idade do aluno, progressos

recentes, projetos, pressões da família, atendimento previsível na série, acompanhamento por uma equipe pedagógica do estabelecimento.

No processo de inclusão, cabe ao profissional da Educação Especial, investigar os diferentes aspectos educacionais, procurando soluções em conjunto com os demais colegas, criando estratégias e considerando que alguns alunos podem necessitar de ampliação do tempo para realização dos trabalhos.

A participação dos pais nas reuniões da equipe escolar para planejar e adaptar o currículo é indispensável, pois é através desse relacionamento que a cultura e a etnicidade das famílias são reconhecidas e respeitadas.

Esta pesquisa evidencia que a inclusão está acontecendo gradativamente, até mesmo pelos fatos históricos, os professores ainda estão resistentes a esse novo paradigma inclusivo, devido ao despreparo para lidar com as diversidades. A escola tem que se modificar para que não ocorra prejuízo para o restante da turma, pois deve atender às necessidades de todos os alunos.

Acredito que inclusão de forma responsável se dá através da qualificação profissional, a partir de programas de formação continuada, recursos materiais que estimulem o desenvolvimento psicomotor, cognitivo e sócio – emocionais e recursos humanos.

Toda a comunidade deve estar mobilizada, atuante neste processo, já que educação é um direito de todos, e para que a inclusão aconteça de fato.

Montoan (2007, p.46) diz que :

Temos que agir urgente colocando a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam, assegurando tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com o perfil de cada um e reprovando a repetência.

Finalizo essa etapa de pesquisa, salientando que o trabalho não acaba aqui, pois há necessidade da realização de novas pesquisas sobre este assunto, pois enquanto estamos buscando resposta para um tema tão amplo que é a “Inclusão”, pois os profissionais da educação devem estar bem informados e habilitados para lidar com as diversidades na sala de aula.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva** – versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, setembro/2007.

_____. **Atendimento Educacional Especializado: Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**, MEC/SEESP, São Paulo, 2007.

_____. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental**, ME/SEESP, São Paulo, 2007.

_____. **A Hora e a vez da Família em uma Sociedade Inclusiva**, ME/SEESP, São Paulo, 2007.

_____. **Inclusão**. Revista da Educação Especial - Edição Especial. Brasília: MEC/SEESP, jul/set. 2008. p.11-12-13

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

BUENO, J.G.S. **Diversidade, deficiência e educação**. Revista Espaço. RJ: INES. n.12,p.3-12,jul/dez,1993.

_____. **A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre desenvolvimento, v. 9. 54, 2001.

CORRÊA, M.A.M. **Educação Especial**. Volume 1 – Módulos 1 a 4, Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

CORREIA, L.M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Col. Educação Especial, Porto Alegre, Ed. Porto Editora, 1999.

Curso a Distância de Educação Especial, **Disciplina: Caracterização do Déficit Cognitivo, UFSM, Unidade A e B**. (p. 42 – 43).

Disponível em <http://www.ufsm.br/edu.especial.pos/unidadeB_caracterizacao.html >

Disponível em < http://www.ufsm.br/edu.especial.pos/unidadeA_fund.html >

DSM-IV-TR^{TR}. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução de Cláudia Dornelles. 4 .ed.rev. Porto Alegre: Artmed, 2000

ESCÓRCIO, D.C.M. **A interação entre professor e aluno com deficiência intelectual em escola inclusiva: um estudo de caso**, 2008. Disponível em http://www.ufpi.br/mesteduc/dissertacao/2008/interacao_professores.pd

ECA – **Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Pertinente** - 2008 - Revisto e atualizado – Ministério Público –Estado do Rio Grande do Sul- Centro Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

GIL. A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MATIAS, G.F.A. **CEFAC**, 1999, p.11. Disponível em
<<http://www.cefac.br/library/teses/2a6c3cae121776b5dd7f8a0cb63e7e8d.pdf>>

MENDES, G. E; ALMEIDA, M.A.; WILLIAN, S.L.C.A., (orgs). **Temas em Educação Especial** : Avanços recentes. São Carlos: Edufscar: 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. 2. ed, Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

MIRANDA, A.A.B. Doutora em Educação: **História, Deficiência e Educação Especial**.
Disponível <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf >

NOVA ESCOLA: **A Revista do Professor**; editora Abril, 2005.

_____. **A Revista de quem educa**, editora Abril, abr./ 2007.

_____. **A Revista de quem educa**, editora Abril, out./ 2007.

PACHECO, D.B.; VALENCIA, R. P.A. Deficiência Mental. In: BAUTISTA, Rafael (Coord.). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa, Portugal: Dinalivro, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SASSAKI. R. K. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 54, p. 8-11, jan/fev., n. 55, p. 8-10, mar./abr.,2007.

_____. **Envolvimento da família nas práticas inclusivas da escola**. Trad. Romeu Kazumi Sasaki, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Princípios de Igualdade e Oportunidades**. 1994.

THOMA, A. S. **A escola como espaço e tempo de inclusão**. ANAIS, VI Fórum Nacional de Educação e IX Seminário Regional de Educação Básica: **Educação: Desafios do trabalho docente**. EDUNISC, p. 63-69, maio, 2006.